



cass

Centro de Apoio Social de Souselas

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Ativos Intangíveis	12
7	Locações (Não Aplicável)	13
8	Custos de Empréstimos Obtidos	13
9	Inventários	13
10	Rédito	14
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Não Aplicável)	14
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio (Não Aplicável)	14
14	Imposto sobre o Rendimento (Não Aplicável)	15
15	Benefícios dos empregados	15
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
17	Outras Informações	15
17.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	15
17.2	Clientes e Utentes	16
17.3	Outras contas a receber	16
17.4	Diferimentos	17
17.5	Caixa e Depósitos Bancários	17
17.6	Fundos Patrimoniais	17
17.7	Fornecedores	18
17.8	Estado e Outros Entes Públicos	18
17.9	Outras Contas a Pagar	19
17.10	Subsídios, doações e legados à exploração	19
17.11	Fornecimentos e serviços externos	19
17.12	Outros rendimentos e ganhos	19
17.13	Outros gastos e perdas	20

17.14 Resultados Financeiros	20
17.15 Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

A “Centro de Apoio Social de Souselas” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 183, III Série de 6 de Agosto de 1993, com sede em Rua 1.º de Maio nº 19 em Souselas.

Tem como atividade o apoio social à infância, juventude e terceira idade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito ao longo do tempo e de maneira consistente em toda a Entidade. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não aplicável.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Não aplicável.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, não estão diretamente relacionados com a capacidade dela para gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período, são as que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estando registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos

fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. Mas a Entidade não auferiu destes rendimentos.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro abaixo.

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	142.899,29	0,00				142,899.29
Edifícios e outras construções	1.311.329,01	6.784,67				1.318.113,68
Equipamento básico	154.854,09	3.821,01				158.675,10
Equipamento de transporte	133.876,91	24.800,00				158.676,91
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	81.844,46	1.354,11				83.198,57
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00				0,00
Total	1.824.803,76	36.759,79				1.861.563,55
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	363.846,28	26.729,82				390.576,10
Equipamento básico	152.219,46	3.301,58				155.521,04
Equipamento de transporte	133.876,82	413,33				134.290,15
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	78.638,87	382,98				79.021,85
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	728.581,43	30.827,71				759.409,14

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	142.899,29					142.899,29
Edifícios e outras construções	1.318.113,68					1.311,329.01
Equipamento básico	158.675,10	736,08				159.411,18
Equipamento de transporte	158.676,91	1.909,15				160.586,06
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	83.198,57	706,37				83.904,94
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1.861.563,55	3.351,60	0,00	0,00	0,00	1.864.915,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	390.576,10	26.246,89				416.822,99
Equipamento básico	155.521,04	2.136,42				157.657,46
Equipamento de transporte	134.290,15	4.960,00				139.250,15
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	79.021,85	654,82				79.676,67
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	759.409,14	33.998,13	0,00	0,00	0,00	793.407,27

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro abaixo.

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	6.905,80	135,30				7.041,10
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	6.905,80	135,30	0,00	0,00	0,00	7.041,10
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	6.253,37	431,92				6.685,29
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	6.253,37	431,92	0,00	0,00	0,00	6.685,29

2016

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	7.041,10	501,75				7.542,85
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	7.041,10	501,75	0,00	0,00	0,00	7.542,85
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	6.685,29	339,43				7.024,72
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	6.685,29	339,43	0,00	0,00	0,00	7.024,72

7 Locações (Não Aplicável)

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	43.300,00	43.300,00	0,00	30.000,00	30.000,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	43.300,00	43.300,00	0,00	30.000,00	30.000,00

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	260,96	0,00	0,00	940,95	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.735,17	109.885,43	1.999,38	2.585,97	101.118,06	0,00	1.655,14
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1.735,17	110.146,39	1.999,38	2.585,97	102.059,01	0,00	1.655,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				111.294,97			102.989,84
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2016
Vendas	349,50	936,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades	386.627,56	402.832,44
Quotas e jóias	15.639,10	7.611,00
Serviços Secundários	285,00	88,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	402.901,16	411.467,44

Nas contas de Prestações de Serviços/Mensalidades/Terceira Idade foram reconhecidos 13 meses de faturação destas respostas sociais – o procedimento normal era a faturação mensal respeitante ao serviço do mês anterior. Em Dezembro faturou-se o mês anterior e o próprio mês, alinhando a data da faturação ao mês a que se refere o serviço, à semelhança das outras respostas sociais.

Este facto influenciou positivamente o resultado líquido do período, mas não terá qualquer influência no resultado dos períodos futuros.

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Não Aplicável)

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”, sendo que em 2016 não lhe foi concedido qualquer subsídio ao investimento:

Descrição	2015	2016
Subsídios do Governo		
Subsídios à Exploração	587.396,66	591.069,61
Subsídios ao Investimento	424.743,51	413.542,75
Apoios do Governo		
	0,00	0,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio (Não Aplicável)

14 Imposto sobre o Rendimento (Não Aplicável)

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 54.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	548.261,58	571.702,50
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	477,00
Encargos sobre as Remunerações	116.886,33	125.271,38
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.897,68	4.935,66
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2.998,65	3.523,75
Total	673.044,24	673.044,24

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações

17.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	6.127,00	4.544,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	6.127,00	4.544,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	498,80	498,80
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	498,80	498,80

Foram desreconhecidos 2.382,00 euros de Quotizações e Joias por pagar, referentes a sócios falecidos ou excluídos por decisão da Direção.

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	10.979,78	33.708,11
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	10.979,78	33.708,11

O saldo da conta Clientes encontra-se inflacionado, em consequência da faturação de Dezembro incluir dois meses de serviços referentes às respostas sociais da Terceira Idade, conforme divulgado de forma mais exaustiva na Nota 10.

17.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2016
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	7.560,00	6.130,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	7.560,00	6.130,00

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.934,30	2.276,47
Outros Gastos	0,00	0,00
Total	1.934,30	2.276,47
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2016
Caixa	578,62	1.363,35
Depósitos à ordem	11,057,82	14.523,99
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	11.636,44	15.887,34

17.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	854.259,32	28.008,95	0,00	882.268,27
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-9.563,84	2.411,77	0,00	-7.152,07
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	427.155,28	0,00	13.612,52	413.542,75
Total	1.271.850,76	30.420,72	13.612,52	1.288.658,95

Por recomendação do NAFRH do Instituto de Segurança Social foram desreconhecidos 2.411,77 euros da conta 594-Doações (anteriores a 1996), por contrapartida da conta de Resultados Transitados, conforme mandam as normas contabilísticas e de relato financeiro.

17.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Fornecedores c/c	15.498,65	13.589,85
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	15.498,65	13.589,85

17.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.480,62	5.971,78
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5.480,62	5.971,78
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.366,26	5.453,41
Segurança Social	13.219,19	25.936,75
Outros Impostos e Taxas	0,00	61,04
Total	16.595,55	31.451,20

17.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		181,73
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		19.137,07		5.781,00
Credores por acréscimo de gastos		90.936,24		97.297,40
Outros credores		1.000,00		228,42
Total	0,00	111.073,31	0,00	103.488,55

17.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	587.396,66	591.069,61
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	587.396,66	591.069,61

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2015	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	64.864,64	60.401,70
Materiais	8.432,03	5.600,66
Energia e fluidos	52.280,61	55.471,83
Deslocações, estadas e transportes	167,84	303,06
Serviços diversos	31.810,44	28.938,16
Total	157.555,56	150.715,41

17.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Rendimentos Suplementares	1.927,53	2.772,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	78,46	136,74
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	1.140,75
Outros rendimentos e ganhos	23.866,52	15.355,86
Total	24.215,52	19.405,35

17.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Impostos	335,73	152,70
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	756,40	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	19,10	0,00
Outros Gastos e Perdas	3.633,91	1.564,83
Total	4.745,14	1.717,53

17.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.122,54	1.012,34
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1.548,20	682,94
Total	2.670,74	1.695,28
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-2.670,74	-1.695,28

17.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016, serão apresentadas para deliberação em Assembleia Geral do CASS em 31 de Março de 2017.

Souselas, 16 de Março de 2017